



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Termo de Contrato de Prestação de Serviços que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE JAGUARARI** e a empresa **GEANE MAIA DA SILVA 03973577455**.

**CONTRATO Nº 060-2021.**

02

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARARI**, com sede na Praça Alfredo Viana, nº. 02, Centro, CEP 48960-000, na cidade de Jaguarari/Estado da Bahia, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 13.988.316/0001-85, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **ANTÔNIO FERREIRA DO NASCIMENTO**, inscrito(a) no CPF nº 048.638.105-63, portador(a) da Carteira de Identidade nº 00.888.864-76, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a pessoa jurídica **GEANE MAIA DA SILVA 03973577455**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.816.414/0001-01, com sede no(a) Rua Vasco da Gama, 82A, Térreo, Centro, CEP. 56304-480, Petrolina-Pernambuco, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato, representada pela Srª Geane Maia da Silva, brasileira, maior, capaz, empresária, portadora da cédula de identidade RG número 6425841- SSP-BA, inscrita CPF número 039.735.774-55, residente e domiciliada à Rua Vasco da Gama, 82, 1º Andar, Centro-Petrolina(PE), CEP. 56304-480, tendo em vista o que consta no **Processo administrativo nº 042-2021** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº **DISP035-2021**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E REGIME DE EXECUÇÃO.**

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a contratação de pessoa jurídica, visando confecção de banners em lona e camisetas com sublimação total em Dry Fit, alusiva a Campanha da Vacinação da Covid-19, neste município de Jaguarari(BA).

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO.**

2.1. Os serviços serão executados em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, vez que compõe, em todos os seus termos, o **processo administrativo nº 042-2021**, dispensa de licitação **DISP035-2021**.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO.**

3.1 - O prazo de vigência deste Termo de Contrato tem início na data de 03/02/2021 e encerramento em 03/04/2021, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

**CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO, FORMA DE PAGAMENTO E REAJUSTE.**



| ITEM               | ESPECIFICAÇÕES                                   | QUANT | VALORES R\$ |                 |
|--------------------|--|-------|-------------|-----------------|
|                    |  |       | UNITARIO    | TOTAL           |
| 01                 | Banners em Lona com ponteira e madeira 1m x 1,5m | 06    | 140,00      | 840,00          |
| 02                 | Camisa com Sublimação total em Dry Fit           | 30    | 38,00       | 1.140,00        |
| <b>VALOR TOTAL</b> |  |       |             | <b>1.980,00</b> |

2

- 4.1 - O valor total estimado do presente Termo de Contrato é de R\$ 1.980,00 (hum mil e novecentos e oitenta reais);
- 4.1.1 - O valor será pago mediante apresentação da Nota Fiscal: e certidões de Regularidade Fiscal, na conta bancária: Banco do Brasil, Agência 5815-7, Conta Corrente 6999-X, sob a titularidade da Contratada;
- 4.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação;
- 4.3 - Os preços serão reajustados anualmente com base no INPC, ou outro índice que o venha a substituir, podendo, entretanto, serem repactuados, a qualquer tempo, conforme acordo entre as partes;
- 4.4 - O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias da apresentação Fatura / Nota Fiscal, em 02 (duas) vias que deverá ser apresentada ao titular da Secretaria de Finanças para a devida aprovação;
- 4.5 - A Fatura / Nota Fiscal deverá ser emitida em nome da Prefeitura Municipal de Jaguarari inscrita no CNPJ/MF nº 13.988.316/0001-85, sediada a Praça Alfredo Viana, nº. 02, Centro, CEP 48960-000, neste Município;
- 4.6 - Não será efetuado qualquer pagamento a título de antecipação do valor contratado mesmo que a requerimento do Interessado.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

**Órgão/Unidade:** 3/1202 - Fundo Municipal de Saúde.

**Projeto/Atividade:** 10.302.005.2.114 - Enfrentamento e combate a epidemias.

**Fonte -** 6102-9214

**Elemento de Despesas:** 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros P. Jurídica.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES.

6.1 - Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

6.2 - A CONTRATADA é obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

6.3 - As supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - FISCALIZAÇÃO.

7.1 - A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE.

Praça Alfredo Viana, nº 02 - Centro - Jaguarari/BA - CEP 48.960-000

Fone: (74) 3619.2121 - CNPJ 13.988.316/0001-85

www.jaguarari.ba.gov.br



## CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES.

### 8.1 - Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato;
- b) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- c) notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- d) pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;
- e) zelar para que durante toda a vigência do contrato sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

### 8.2 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) executar os serviços conforme especificações da sua proposta, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;
- b) arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;
- c) utilizar empregados habilitados e com conhecimentos avançados dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;
- d) apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, os quais devem estar devidamente identificados por meio de crachá, se necessário;
- e) responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Administração;
- f) instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da Administração, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas, quando for o caso;
- g) relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- h) não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezolito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- i) manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- j) não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
  
- k) arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.



**CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

9.1 - Pela inexecução total ou parcial do objeto do CONTRATO, o Município poderá aplicar a CONTRATADA multa de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei 8.666/93, inclusive responsabilização civil e penal na forma da Legislação específica;

9.2 - Além da multa prevista ficam estabelecidas as penas de advertência, rescisão de contrato, declaração de inidoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar com o MUNICÍPIO, conforme Lei 8.666/93, que serão aplicadas em função da natureza e gravidade da falta cometida, garantida a ampla defesa. <sup>2</sup>

9.3 - O MUNICÍPIO reterá dos créditos decorrentes deste Contrato valores suficientes ao pagamento das multas aplicadas.

9.4 - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA sem a quitação das multas aplicadas em definitivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO.**

10.1 - O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo das sanções aplicáveis.

10.2 - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato;

10.3 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa;

10.4 - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS CASOS OMISSOS.**

11.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e normas e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E PUBLICAÇÃO.**

12.1 - O presente Contrato tem embasamento legal na Lei Nº 8.666, art. 24, Inciso II e art. 26, parágrafo único.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO.**

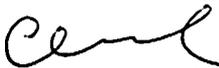


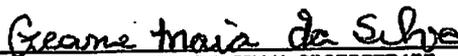
13.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Jaguarari-BA como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

13.2 - E por estarem justos e contratados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

2

Jaguarari - BA, 03 de fevereiro de 2021.

  
ANTÔNIO FERREIRA DO NASCIMENTO  
PREFEITO MUNICIPAL  
CONTRATANTE

  
GEANE MAIA DA SILVA 03973577455.  
Geane Maia da Silva  
CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARARI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 042-2021 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. DISP035-2021

EXTRATO DE CONTRATO

**Contrato nº. 060-2021 – Contratantes:** O MUNICÍPIO DE JAGUARARI, CNPJ 13.988.316/0001-85 e a pessoa jurídica: GEANE MAIA DA SILVA 90777697572, CNPJ: 37.816.414/0001-01. **Objeto:** Contratação de pessoa jurídica, visando a confecção de banners em lona e camisas com sublimação total em Dry Fit, alusiva a campanha da Vacinação da Covid-19, neste município. **Vigência:** até 03 de abril de 2021; **Valor Total:** R\$ 1.980,00 (hum mil e novecentos e oitenta reais); **Data do Contrato:** 03 de fevereiro de 2021; **Assinam:** Antônio Ferreira do Nascimento e Geane Maia da Silva, pelo Município e pela Contratada, respectivamente, tudo em conformidade com o Artigo 24, inciso II, e Artigo 23, parágrafo único da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e Decreto Federal nº 9.412 de 18 de junho de 2018.

Jaguarari(BA), 03 de fevereiro de 2021.

ANTÔNIO FERREIRA DO NASCIMENTO  
Prefeito Municipal